

AS BASES MITOLÓGICAS DA NORMALIDADE

in Latin American Journal of Fundamental Psychopathology on Line

<http://fundamentalpsychopathology.org/br/revista-artigos-texto.php?id=12>

A cultura é um esquema significante encarnado de símbolos e transmitido historicamente; um sistema de concepções herdado e expresso sob forma simbólica, através da qual os homens se comunicam, perpetuando e desenvolvendo seus saberes e suas opiniões sobre a vida.

Clifford Geertz

Introdução

A idéia de escrever um primeiro texto que tratasse das bases mitológicas – e também ideológicas – do conceito de normalidade vem tomando corpo após ter publicado, na Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, um artigo intitulado “Sexualidade e Preconceito (2)”.

No referido texto discuto as relações entre os Ideais Sociais, que participam ativamente nos movimentos do recalque, e a criação de uma sexualidade normativa cujo desvio gera, de um lado, o preconceito e, de outro, a culpa. O impulso ao recalque, diz Freud, deve-se “às exigências dos ideais estéticos e morais”(3). Trabalho também com a premissa freudiana segundo a qual o superego é formado não apenas pelo precipitado da autoridade paterna, mas também por fatores externos – os Ideais – que pertencem ao sistema social onde o sujeito encontra-se inserido. De acordo com Freud, as figuras que formam o Superego, dentre as quais os Ideais, derivam-se do mundo externo. A partir desta perspectiva, analiso a participação do imaginário judaico-cristão na formação destes Ideais.

Após a confecção do texto, e encorajado pelos muitos retornos que tive quando de sua publicação, comecei a interessar-me cada vez mais pelas origens dos Ideais e, sobretudo, pelas bases que os sustentam. Uma leitura antropológica, por mais superficial que seja, nos informa que os Ideais são construções sintagmáticas atrelados às referências simbólicas, sempre sujeitas ao imaginário, da sociedade onde eles emergem: “cada sociedade cria, a partir do sistema representativo que lhe é próprio, as representações dos Ideais” (4).

Impregnados de nossa cultura e tomando por universal a cartografia imaginaria dos afetos que ela cria, raramente nos ocorre que outras culturas possam organizar-se de forma diferente e terem outras definições de normalidade. Bem perto de nós, através dos contatos com profissionais de

outros Estados do Brasil e em particular do Pará, pude constatar o “choque” que pode ocorrer entre os Ideais da nossa cultura e os da tradição local calcados em outros valores, em outras referências simbólicas. Uma primeira conclusão se impõe: não existem Ideais fixos, universais. Interessou-me ainda saber por quê, às vezes, o encontro com outros Ideais, com outras leituras possíveis do real é, para alguns, tão insuportável? Por quê um pensamento diferente pode ser tão ameaçador? O que ele atinge? Que ilusão ele desfaz?

Todos sabemos o quanto as posições defendidas por Freud, sobretudo com a introdução da noção de inconsciente, mudaram radicalmente a maneira de se conceber o sujeito. A ruptura freudiana, em particular no que tange a sexualidade, nunca cessou de gerar polêmicas e controversas (5). Ao mostrar que, sem dúvida, existe “algo inato na base das perversões, mas esse algo é inato em todos os seres humanos”, Freud(6) rompe não apenas com a psicopatologia da época mas também, e assim começa o segundo dos Três Ensaio, com a opinião popular, com a biologia e com a religião, que acreditavam que a pulsão sexual estaria ausente na infância, só despertaria na puberdade, e possuiria um objeto e objetivo fixos.

A pergunta que me coloquei, naquele ponto, pode ser expressa da seguinte forma: que bases sustentam as referências simbólicas com as quais Freud rompe? Se a ruptura freudiana abalou todo um sistema de valores, seria interessante conhecer os pilares destes sistema. Evidentemente, a pergunta não se limita à questão da sexualidade embora, na Cultura Ocidental, seja nela que tanto a repressão quanto o recalque têm seu alvo por excelência. Comecei a pesquisar sobre a construção da história do sistema de valores calcado na tradição judaico-cristã e, por extensão, em que medida a psique é função da história e como, ao mesmo tempo, a história determina a constituição da psique. E isto no que diz respeito a noção de certo e errado, de pecado, das posições dos homens e das mulheres, das relações de trabalho, enfim, no que toca a ideologia que sustenta, e muitas vezes justifica, o discurso do poder. Era necessário, então, seguir o caminho da ruptura freudiana em sentido contrário. (É importante ressaltar que minha pesquisa não vai na direção do trabalho de referência sobre “O normal e o patológico” de George Ganguilhen(7).)

Retomando a questão introduzida no texto “Sexualidade e Preconceito” sobre o imaginário judaico-cristão, comecei um trabalho de pesquisa sobre a construção deste imaginário. Esta pesquisa foi intensificada quando preparava o texto “Configurações edípicas da contemporaneidade: reflexões sobre as novas formas de filiação”(8). Para discutir os destinos das “novas formas de filiação”, que

tanta polêmica tem gerado, era necessário uma desconstrução histórica das formas tradicionais de arranjos familiares. Os argumentos contra os “novos arranjos familiares” são, quase sempre, baseados na família tradicional: ela é o parâmetro de referência de como as coisas deveriam ser. O Édipo é o paradigma por excelência: a criança deve ter imagos identificatórias e representações simbólicas do masculino e do feminino; o pai é importante para a introduzir a lei, e assim por diante.

Pois bem, de onde vem a idéia de que existe uma forma única de subjetivação? A tida como “correta” é uma construção teórica que, como toda construção, possui uma mitologia que lhe é própria. No caso específico dos arranjos familiares, tratou-se de questionar a dimensão mitológica desta construção. Como se construiu a idéia – se admitirmos evidentemente a existência do simbólico – de “maneira certa”? Cabe lembrar que o simbólico, justamente por ser simbólico, muda. Devemos estar atentos ao risco de imaginarização do simbólico. Ou seja, de esquecer a dimensão histórica-subjetiva desta construção.

A pesquisa sobre as bases que sustentam o discurso da “normalidade” da família tradicional e, por extensão, a do casamento é, ao mesmo tempo, fascinante e polêmica. A análise destas bases mostra a forte pregnância dos mitos de origem judaico-cristãos na construção das referências morais que as sustentam. Como exemplo, podemos citar a intensa luta nos primeiros séculos do cristianismo entre a moral cristã incipiente e as práticas “pagãs” de concubinato e divórcio, tão comuns no Mundo Antigo. Ou seja, a luta entre dois modelos sustentados por diferentes mitologias.

No Antigo Testamento a origem do pecado é clara: a soberba por querer igualar-se a Deus. O versículo quinto do capítulo terceiro do Gênesis, intitulado “A origem do mal”, mostra como Eva, tentada a ser como Deus, deixa-se convencer pela serpente, come o fruto da árvore proibida, oferecendo-a, em seguida, a Adão: os dois abrem os olhos e percebem que estão nus. Ainda que esta percepção da consciência, do outro, da morte, enfim da castração, envolva, sem dúvida, um conhecimento da sexualidade, da diferença entre os sexos, da alteridade, este não é, no Gênesis, o ponto central da queda, da perda do Paraíso.

Colocar a origem do mal na sexualidade, “sexualizar” o pecado original, foi um dos maiores, senão o maior, legado de Agostinho para a moral cristã: o pecado original passa a ser a concupiscência; o homem é fruto do pecado. O desejo sexual espontâneo era prova, e castigo, do pecado original. A força desta nova leitura das origens levou a uma visão de mundo como algo entravado pelas

tentações do corpo que impediam a acesse da alma; o ser humano passa a ser visto sob outro prisma sendo fragilizado e culpabilizado pelo desejo, o que levou a uma exaltação sem precedentes da virgindade (9). Mais: enquanto no Gênesis só há consumação do pecado com a participação voluntária do homem – Eva oferece o fruto proibido e Adão o aceita – na visão sexualizada do pecado original, o homem é colocado como vítima indefesa de uma mulher inescrupulosa e sem princípios que, através da sedução, o leva a pecar, pecado este que é sempre da ordem da sexualidade. É desta interpretação que surge a concepção, presente até hoje na cultura ocidental, da imagem negativa da mulher como a responsável pelo queda, em contrapartida à imagem do homem, espiritual na sua origem, mas vítima indefesa da mulher diabólica (10). Ainda sobre a mulher, por ter acreditado na serpente ela era considerada “naturalmente ingênua”. Como consequência (I Timóteo 2:11-15), a única coisa que poderia ser-lhe confiada era a criação dos filhos e os cuidados domésticos: vemos uma utilização ideológica do mito do Paraíso terrestre para justificar, tanto no Antigo como no Novo Testamento, a estrutura patriarcal vigente até os nossos dias.

Mas a História da Criação, como narrada na Bíblia, também trouxe pontos positivos. A idéia que cada homem é criado segundo a imagem de Deus foi algo absolutamente novo e que, sem dúvida, muito contribuiu para o crescimento do Cristianismo nos primeiros séculos. Em uma época de dominação romana onde a estratificação social era “natural”, o Cristianismo falava de “igualdade” entre os homens, idéia que, provavelmente, Aristóteles consideraria estranha.

Conclusão até aqui: as bases da normalidade, e isto nos mais variados âmbitos da existência humana tal como esta é compreendida no imaginário judaico-cristão dominante na cultura ocidental, devem ser procuradas nos mitos de origem que são tomados como Verdade Histórica revelada por Deus. E mesmo aqueles que têm uma distância crítica destes mitos estão inseridos na Cultura Ocidental, não estando imunes às implicações – morais, sociais, às questões em torno da procriação, das relações sexuais e tantas outras – que eles acarretam. “O relato bíblico da criação, assim como as concepções das origens de qualquer outra cultura, transmitem valores sociais e religiosos que são apresentados como universalmente válidos” (11). Encontramos aqui as bases “filosóficas” que construíram a Igreja dos primeiros séculos; bases estas que subjazem na formação dos Ideais em nossa cultura. Também entendemos porque o encontro de sistemas de valores – Ideais – divergentes gera conflitos. A força dos mitos de origem nos processos de subjetivação, cuja falência pode gerar uma angústia insuportável, é tão grande que para mantê-los há quem mora para que o mito seja preservado – exemplos não faltam sobretudo no fanatismo religioso. A necessidade humana de

certeza e permanência é tão forte que, na maioria das vezes, as bases que sustentam de nossas crenças só são questionadas quando nosso referencial de valores entra em colapso.

Talvez possamos dizer que um dos aspectos que contribuem para a diferença existente entre o sistema de referências simbólicas – moral, ética, sexualidade, religião... – da Antigüidade e o da cultura ocidental deve ser procurado nos mitos de origens: a origem do ser humano no relato bíblico e a apresentada no mito descrito por Aristófanes oferecem distintas compreensão da “natureza humana”. Em um panteão onde os deuses têm ciúmes, realizam práticas sexuais as mais diversas, matam, conspiram, entre eles e com os humanos, enfim, possuem comportamentos os mais extravagantes, a noção de “normal” é bem diferente da apresentada pelo Ideal cristão onde o homem deve espelhar sua conduta na de um Deus bom e justo. Além disso, os gregos não tiveram livros sagrados fruto de revelação divina. Consequentemente, não tiveram uma dogmática fixa e imutável.

Uma sociedade cujo mito de origem separa “Bem” e “Mal” de forma clara e rígida conduz, inevitavelmente, a uma formulação mais bem definida entre o conceito de normal e de patológico. Um imaginário que considera a loucura como um castigo dos deuses irritados com a hybris, difere daquele que entende a loucura como uma possessão demoníaca: algo de for a ser exorcizado.

Uma dicotomia radical entre “Bem” e “Mal”, reflete a efração Eros e Tânatos. Esta situação, retratada de forma exemplar por posições fundamentalistas – “nós somos o Bem e eles o Mal (demoníacos)”; o Bem deve levantar-se contra o “eixo do Mal” – , pode levar à destruição. Esta é a sombria conclusão que se impõe no Mal-estar : quanto mais se vive sob a égide de Eros, mais se serve a Tânatos, pois uma ligação completa em nome da Pulsão de Vida, leva à morte na medida em que nenhum espaço é deixado à pulsão para a procura de novos objetos (12).

Se vamos levar nossa proposta a sério, a psicanálise não escapará: ela surge em um momento histórico preciso e constitui uma tentativa de conceituação do fantasma e do desejo. Ela é também uma construção mitológica, e a presença dos mitos na teoria psicanalítica – Édipo, Narciso... – não necessita ser lembrada. Além disso, Freud(13) é claro: “A teoria das pulsões é, por assim dizer, nossa mitologia. As pulsões são entidades míticas, magníficos em sua imprecisão”. A passagem do instinto para a pulsão como forma de sobrevivência da espécie(14) foi, sem dúvida, um passo evolutivo momentoso pois, ao deixar a pulsão sem objeto fixo, abriu-se a possibilidade para que esta última seja psiquicamente representada, transformando-se em uma fonte inesgotável de

material para o universo fantasmático. Esta “liberdade” adquirida pela espécie humana é, ao mesmo tempo, sua condenação pois o afeto sem representação pode ser fonte insuportável de angústia. Em um outro trabalho, digo isto de outra forma: “Por falta de identidade, o ser humano é condenado à identificação” (15). Daí nossa necessidade de mitos que expliquem as origens e organizem nossos afetos.

O que é o trabalho terapêutico senão a construção de um mito individual, isto é, fornecer representações aos afetos? Não é aí, nos diz a psicopatologia Fundamental, que o “pathos” que se manifesta na subjetividade pode, através da narrativa a um outro, ser transformado em experiência? Se na posição da Psicopatologia Fundamental se produz “um discurso mito-poiético-epopéico que é uma experiência e que, como tal, é terapêutica” (16), isto se deve ao fato deste discurso ser reconhecido pelo Outro, encarnada na figura do terapeuta. Ocorre o reconhecimento de um mito de origem o que oferece, pelo menos por certo tempo, uma amarra para a pulsão.

Ao falarmos que devemos aprender com o “pathos” e dele tirar proveito estamos, ainda que implicitamente, apoiados em um discurso o qual, por sua vez, está atrelado a uma forma de conceber os processos de subjetivação que é necessariamente mitológica: o Édipo, por exemplo (17). Ainda que concebamos o “pathos” como aquilo que “vem de longe e vem de fora e toma o corpo fazendo-o sofrer, (18)” utilizamos de uma rede significante para decodificar, interpretar e dar sentido a este “pathos”: a compreensão da loucura varia segundo a época e a cultura (19). Igualmente importante é lembrar que cada escola de psicanálise interpreta o mito freudiano das origens de forma diferente. Cada uma cria sua própria leitura do mito. O Édipo é um mito de origem. Mas a sua interpretação varia de escola para escola. Cabe, então, a pergunta: em que medida a nossa maneira de dar sentido ao sofrimento é tributária dos nossos mitos de origem, e como isto afeta tanto nossa escuta quanto nosso trabalho teórico/clínico? É possível evitar que nossa mitologia – histórica e/ou psicanalítica – influencie nossas posições?

O que o terapeuta diz, com palavras, com gestos, com sua “técnica”, com as interpretações que faz, tudo isto leva a uma direção, tem uma conseqüência, e dá um sentido – nas duas acepções da palavra – a sua clínica. Quando escuto, devo estar atento para as inúmeras formas de organização do “pathos”, pois aquela que estou escutando, embora possa ser diferente da que tenho como referência, foi, sem dúvida, eficaz para a constituição do sujeito. Saber isto, é respeitar a particularidade de cada um: é criar uma psicopatologia “haute-couture”, onde cada tem a sua

psicopatologia. Estar atento a isto é um dever do psicopatólogo fundamental; é uma posição da psicopatologia fundamental.

Sproul(20) já observara que “os mitos tratam das causas primeiras, da essência do que uma cultura concebe como realidade. (...) Não é assim por acaso que as culturas consideram os mitos de sua criação os mais sagradas pois constituem a base sobre a qual assentam todos os mitos posteriores. Neles os membros do grupo podem perceber os principais elementos da verdadeira estrutura de valor e significado. (...) Dado, porém, o meio como se transmitem os mitos nacionais, em geral os povos nunca descobrem que se trata de mitos, mergulhados que ficam em seus pontos de vista, prisioneiros das próprias tradições. Com a maior facilidade, confundem as atitudes para com a realidade (proclamações de valor) com a própria realidade (declaração de fato)”.

A função do mito é a de falar do “antes”, de como eram as coisas antes do recalque, enfim, no Paraíso – necessariamente mitológico – anterior à queda, à falta. Um tempo sem angústia, posto que sem sujeito, onde objeto e afeto eram indissociáveis. Os limites da construção em análise se devem ao fato que não se pode ir além dos mitos de origem.

Necessitamos, malgrado a dificuldade senão a impossibilidade da empreitada, criar uma origem, possuir uma explicação do “antes” a qual, de preferência, nos conforte sobre o “depois”. Melhor ainda, o “antes” dos mitos só ganham sentido no “depois”: o projeto final da realização do Reino de Deus sobre a terra, um estado de plenitude, sem falta e de gozo eterno – o depois – está intimamente relacionado com a perda do Paraíso, com a queda, com a falta – o antes. O mito de origem particular a cada cultura traça a trilha que propõe uma explicação. E é dentre da referência mitológica que calcamos nossos sistemas de valores, nossa noção de normalidade, de certo e errado. Estamos sempre, na eterna e sempre-por-completar tentativa de driblar a angústia, tentando encontrar objetos fixos e imutáveis para a pulsão.

* *
*

Para uma melhor compreensão da representação do afeto, alguns elementos da física quântica podem ser evocados. Não se trata, em absoluto, de uma comparação de modelos, mas sim, do exercício da transdisciplinaridade.

A filosofia mecanicista de René Descartes foi consequência da secularização da visão sagrada da Igreja Romana segundo a qual o cosmos era uma grande máquina concebida e posta em movimento por Deus e, por conseguinte, não passível de uma análise mais profunda. A divisão entre “eu” e “mundo”, introduzida por filósofo francês e baseada na física clássica, propunha estabelecer uma compreensão rigorosa e determinista do mundo: o princípio da causalidade, segundo o qual tudo possuía uma causa específica com um efeito previsível. “Em consequência da divisão cartesiana, indivíduos, na sua maioria, têm consciência de si mesmos como egos isolados existindo dentro de seus corpos” (21). A objetividade tornou-se o ideal da ciência, e esta última emerge como uma “religião” com mitos próprios e complexos.

Os trabalhos de Albert Einstein sobre espaço-tempo publicados em 1905 – no mesmo ano do revolucionário texto freudiano *Três ensaios* – abalaram irremediavelmente a visão newtoniana do mundo, já fortemente afetada pelos trabalhos de Faraday e Maxwell sobre os fenômenos eletromagnéticos.

A dualidade onda-partícula relativa à natureza da matéria é, sem dúvida, a afirmação mais revolucionária da física quântica. Segundo ela, no nível subatômico os elementos podem ser igualmente descritos tanto como partículas sólidas (volume, espaços definidos), quanto como ondas que se expandem em todas as direções. Esta dualidade reflete, entretanto, um aspecto ainda mais estranho: a expectativa é corroborada pela experiência. Isto significa que onde espera-se encontrar partículas, elas são encontradas; onde espera-se encontrar ondas, elas estão lá.

O princípio de incerteza de Heisenberg substituiu definitivamente o determinismo e a objetividade: fala-se de probabilidades, e as partículas que compõem o que chamamos de matéria são vistas como padrões dinâmicos com uma quantidade determinada de energia que se manifesta como massa.

A física quântica nos mostra a impossibilidade de fazermos uma passagem linear, contínua e discreta do mundo visível para o quântico. Quando mais nos aprofundamos no universo subatômico, mais nos deparamos com vastos espaços vazios e indistintos campos pulsantes de energia elétrica, magnética, acústica e gravitacional. No universo quântico, onde nunca se pode dizer que a matéria existe mas que ela apresenta uma “tendência a existir” e que os eventos possuem uma “tendência a ocorrer”, o conceito de “realidade da matéria”, tão caro à visão mecanicista foi destruído de uma vez por todas: a ordem se apoia no caos. Para a física quântica, a matéria não é senão energia confinada em uma forma.

Um outro ponto importante da contribuição da física quântica neste debate é a afirmação segundo a qual nós, observadores, também estamos contidos na “continua dança de energia” que constitui a totalidade do universo. Como somos feitos de átomos, nossa presença na observação que estamos realizando interfere no resultado final. Não se trata apenas da subjetividade de quem observa, “o olhar de quem olha não é imune à sua própria organização subjetiva”, mas de uma alteração nos padrões energéticos produzidos pela interação das “teias dinâmicas de padrões inseparáveis de energia”, tanto a do observador quanto a do elemento em observação. Por exemplo: a presença do observador – seja ele humano ou máquina – altera a velocidade do átomo que está sendo observado de forma que é impossível saber onde ele estava antes e onde estará quando a interferência perturbadora afastar-se.

Freud não foi insensível a alguns conceitos quânticos embora ele nunca os tenha nomeado como tais. Três de seus textos, *Psicanálise e telepatia*, *Sonhos e telepatia* e *Sonhos e ocultismo*, tratam de fenômenos não explicados. No último texto, discutindo sobre a transmissão de pensamento, ele se mostra, a princípio, um tanto incrédulo quanto ao fato. Alguns parágrafos mais adiante, após apresentar a análise de alguns casos clínicos, ele admite que esses casos em conjunto sugerem a possibilidade da transmissão de pensamento. Ainda neste texto, após exortar os leitores a terem “idéias mais gentis acerca da possibilidade objetiva da transmissão de pensamentos e, ao mesmo tempo, também da telepatia”, Freud diz ter mudado sua opinião sobre o ocultismo. Ele chega mesmo a criticar “quem não pensa ser possível assimilar e utilizar tudo aquilo que talvez venha a se revelar como verdadeiro nas assertivas dos ocultistas” (22). Ele termina por admitir a possibilidade da existência de processos telepáticos onde, através de um processo físico, um processo mental é transportado, transmitido e, finalmente, retransformado no outro extremo. A conclusão deste parágrafo dá o que pensar: “A mim haveria de parecer que a psicanálise, ao inserir o inconsciente entre o que é físico e o que era previamente chamado «psíquico», preparou o caminho para a hipótese de processos tais como a telepatia” (23). Enfim, o texto sugere que, para Freud, os processos mentais têm materialidade, no sentido quântico da palavra, e por isto podem ser transformados (em energia), serem transferidos e reconvertidos novamente em processos mentais no outro extremo.

A interseção psicanálise/física quântica revela pontos interessantes: a impossibilidade de se chegar à realidade última da matéria não seria o modo quântico de dizer da impossibilidade de se alcançar o recalque originário (*Urverdrängung*)? Não estamos aqui muito próximos das posições lacanianas

em relação ao Real? Dar representação psíquica à pulsão não seria uma “tendência a existir” da realidade psíquica? O Princípio da Incerteza introduzido pela física quântica – nunca se sabe onde a partícula será encontrada – não é bastante próximo à noção psicanalítica do inconsciente que tenta explicar os lapsos, os esquecimentos, os sonhos, enfim a emergência da outra cena nos lugares mais inesperados? do estranho (Unheimlich)? do recalcado? Qual a correlação entre as posições einsteinianas relativas ao espaço-tempo e a intemporalidade do inconsciente freudiano? Questões a serem aprofundadas...

Tanto a física quântica quanto a psicanálise, que têm aproximadamente a mesma idade, “rompem com a pretensão de verdade e realidade fixas e imutáveis, com a concepção de tempo e ordem vigente”(24). Ambas são tentativas – cada uma com a mitologia que lhe é própria – de falar das origens, de explicar as criações psíquicas que utilizamos para criar e ler, descrever e justificar o mundo. Estas criações, embora sejam sempre modelos sem nenhuma referência a uma Verdade última, nos permitem colocar ordem no caos, de passar, na terminologia psicanalítica, dos processos primários aos secundários; de criar um estado de “ordem”, via recalçamento, descrito como civilização, com tudo que esta última comporta. Enfim, de dar representação à pulsão.

Se o objetivo deste texto é discutir a participação dos mitos na criação do imaginário da cultura ocidental, e no discurso sobre o normal e o patológico, a Psicopatologia Fundamental nos fornece as bases logísticas para lançaremos nossa expedição.

A Psicopatologia Fundamental é um projeto intercientífico que propicia, através da comparação epistemológica dos modelos teórico-clínicos, a ampliação do limite e da operacionalidade destes modelos. A transdisciplinaridade que operamos a partir daí, nos permite questionar a “fundamentalidade” do modelo que sustenta o sistema de valores ético-morais e, conseqüentemente, a definição de “normal” e a de “desvio”.

Seguindo o caminho inverso da construção dos Ideais, constatamos que as bases destes últimos são sustentadas pelos mitos de origem. Estes mitos alimentam nossas referências de conduta que abrangem desde as coisas mais simples do nosso cotidiano até, no nosso caso específico, a bases teórico/clínicas da psicopatologia: os mitos organizam a estrutura social, e a epistemologia dos referenciais de valores, da noção de normal e patológico, de lei e castigo, guarda indisfarçáveis relações com os mitos de origem.

Desdobramentos

As posições teórico-clínica que estou pesquisando, e cujo primeiro esboço apresento neste texto, permite desdobramentos interessantes. Cito, sem aprofundar o tópico, duas pistas que venho seguindo.

Sabemos que na chamada “síndrome do pânico” vários aspectos estão presentes. Dentre eles, o mitológico não tem recebido atenção que merece. Em muitos casos, os sujeitos acometidos por esta síndrome passaram por situações de perda, ou pelo menos de questionamentos, dos mitos originários fornecedores de insígnias identificatórias que garantem a organização psíquica. Pessoas que mudam de país, ou de região dentro de seu país de origem, podem sentir-se totalmente “perdidas” quando seus sistemas de valores, próprio a sua cultura de origem, nada mais valem no novo local onde habitam. É o caso de alguns imigrantes africanos que chegam na Europa trazendo estampadas no rosto marcas de sua tribo. Tais marcas, que muitas vezes deformam a face mas que, em todo caso, traduzem valores identificatórios constitutivos fundamentais perdem seus valores transformando-se, muitas vezes, em estigmas segregatórios. Ou seja, marcas que em uma cultura – devido a mitologia desta última – diferenciavam o sujeito de forma positiva, transformam-se em outra mitologia em diferença negativa. Esta perda identificatória pode gerar um alto nível de angústia, devido a separação afeto/representação, que será vivenciada pelo sujeito como “síndrome do pânico”.

Em outras situações, a perda dos mitos de origem podem levar um estado depressivo, senão melancólico, onde o recurso à drogadicção – o alcoolismo é a sua expressão mais comum – ou, em casos extremos, à morte e até mesmo ao suicídio, parece ser a única saída que o sujeito encontra quando nada lhe resta para socorrer-lhe em seu desamparo.

Considerações Finais

Referências éticas, morais e estéticas são necessárias para promover e manter o processo civilizatório: isto não se discute(25). O que tentei mostrar foi que a base que sustenta os Ideais é sempre mítica. Assim, a maior ou menor rigidez do sistema de valores – dos Ideais – de uma dada sociedade, reflete a rigidez pulsional da mitologia de origem da sociedade em questão. Tenho por hipótese que uma sociedade onde os deuses são mais “humanos” é menos repressora do que aquela que cobra de seus membros um altíssimo preço por terem sido criados “à imagem e semelhança de Deus”.

Certo, não há como escapar de uma mitologia de origem. Porém, não podemos nos esquecer que a mitologia é sempre um relato (construído a partir do imaginário) para falar de como era o “antes” do Mundo existir; para falar dos elementos a partir dos quais a ordem, o simbólico, se organizou. Antes do simbólico, antes da civilização, um “projeto-homem” era... um organismo pulsional não atravessado pela linguagem, candidato potencial a constituir-se como sujeito.

Sem o simbólico, estamos no Caos, na psicose – o que não significa, evidentemente, que não exista aí alguma forma de organização, por mais inquietante que esta possa nos parecer. Entretanto, tratar um determinado arranjo simbólico como único, equivale a esquecer que os elementos que utilizamos para organizar o caos são sempre mitológicos. E isto vale tanto para teorias, quanto para conceitos teóricos: transformá-los em Verdade impede o nascimento do pensamento crítico, do olhar interno (insight), que transforma o sofrimento em experiência(26). Não há como fugir disto, mas temos que saber disto, sob pena de voltamos ao universo newtoniano com seu pensamento mecanicista e sua visão determinista do mundo, e nos tornarmos psicopatólogos fundamentalistas.

Notas Bibliográficas

1 – Trabalho apresentado no VII Encontro Científico da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental. Petrópolis, RJ, 04 a 07 de setembro de 2003.

2 – CECCARELLI, P. R., “Sexualidade e Preconceito”, in Rev. Latinoam. Psicop. Fund., SP, III, 3, 18-37, set. 2000.

3 – FREUD, S., (1905), “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, ESB, VII, 1972.

4 – CECCARELLI, P. R., “Sexualidade e Preconceito”, op. cit., 35.

5 – É impressionante constatar que a sexualidade continua, à despeito de tanta “evolução”, um grande tabu. Um texto de Freud escrito há mais de 100 anos é de uma atualidade desconcertante. Conf.: FREUD, S., (1889), “A sexualidade na etiologia das neuroses”, ESB, II, 1972.

6 – FREUD, S., (1905), “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, Op. cit., 174. (O grifo é meu)

7 – CANGUILHEM, G., “O normal e o patológico”, Rio de Janeiro, Florense-Universitária, 2ª ed., 1982.

8 – CECCARELLI, P. R., “Configurações edípicas da contemporaneidade: reflexões sobre as novas formas de filiação”, in Pulsional Revista de Psicanálise, São Paulo, ano XV, 161, 88-98, set. 2002.

9 – Entretanto, cabe lembrar que origens da visão pessimista que hostilizava o prazer e o corpo devem ser buscadas na Antiguidade. Derivam-se, por um lado, à considerações médicas e, por outro, à filosofia órfica. O orfismo, segundo Reale, é uma religião paralela à religião popular e freqüentada por um círculo de iniciados, introduziu na civilização grega não apenas um novo

esquema de crenças, mas uma interpretação da existência humana completamente diferente. Esta linha de pensamento, ao contrário da concepção grega tradicional segundo a qual a morte colocava fim à existência, considera o homem dentro de um esquema dualista que contrapunha corpo e alma, sendo esta última imortal. Conf. REALE, G., “História da Filosofia”, São Paulo, Paulus, 7ª edição, 1990, pp. 16 e seg.

10 – Foi este “destino” sem paralelo dado à mulher no mundo cristão que, dentre outros, esteve presente na caça às bruxas na idade média e que continua presente até hoje em várias decisões judiciais onde a pena é reduzida quando prova-se que foi a mulher que “provocou” o homem. Um dos melhores estudos sobre sexualidade feminina e Igreja Católica é de: RANKE-HEINEMANN, U., “Eunucos pelo Reino de Deus”, Op. Cit.

11 – PAGELS, E., “Adam, Éve et le serpent”, Paris, Flammarion, 1989, 23. (a tradução é minha)

12 – Os EEUU talvez sejam o país onde tanto Bem e Mal, quanto normal e patológico, estejam mais claramente delimitados. Serão os DSMs um reflexo desta ideologia?

13 – FREUD, S., (1933) “Ansiedade e vida pulsional”, Conf. XXXII, E. S. B., 1976, XXII, p. 119 .

14 – FREUD, S., (1928) “Neuroses de transferência: uma síntese “, Rio de Janeiro, Imago, 1987.

15- CECCARELLI, P. R., “Mal-estar na identificação”, in Boletim de Novidades da Livraria Pulsional, São Paulo, ano X, 93, 37-46, jan. 1997.

16 – BERLINCK, M., “O que é psicopatologia Fundamental,” in Rev. Latinoam. Psicop. Fund., SP, I, 1, set. 1998, 57.

17 – No que diz respeito à constituição do sujeito, os novos arranjos familiares sugerem que a subjetivação, via função paterna, é uma possibilidade dentre outras. Conf: CECCARELLI, P. R., “Configurações edípicas da contemporaneidade: reflexões sobre as novas formas de filiação”, Op. cit.

18 – BERLINCK, M., “O que é psicopatologia Fundamental,” Op. Cit., 56.

19 – Conf. FOUCAULT, M., “A história da Loucura”, SP. Perspectiva, 1978. PESSOTTI, I., “A loucura e as épocas”, RJ, Editora 34, 2ª ed. 1995.

20 – Citado por Highwater. Conf. HIGHWATER, J., “Mito e sexualidade”, São Paulo, Saraiva, 1992, 23.

21 – CAPRA, F., “O Tao da física”, Cultrix, 1975.

22 – FREUD, S., (1932), “Sonhos e ocultismo”, ESB, 1976, XXII, 72.
23 – Ibid.

24 – XAVIER DE ALBUQUERQUE, C., “Física quântica e identificação projetiva: uma tentativa de aproximação”. Trabalho apresentado na Reunião Científica da Sociedade Psicanalítica de Brasília em 13/09/2000.

25 – O que nos choca na guerra é “o rebaixamento dos padrões estéticos”. Conf. FREUD, S., (1933), “Por que a guerra?”, ESB, 1976, XXII, 258.

26 – Sobre esta questão, ver: CECCARELLI, P. R., “Identidade e instituição psicanalítica”, in Boletim de Novidades da Livraria Pulsional, São Paulo, ano XII, 125, 49-56, set. 1999.

Paulo Roberto Ceccarelli*

e-mail: paulorcbh@mac.com

* Psicólogo; psicanalista; Doutor em Psicopatologia Fundamental e Psicanálise pela Universidade de Paris VII; Membro da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental; Membro da “Société de Psychanalyse Freudienne”, Paris, França; Sócio de Círculo Psicanalítico de Minas Gerais; Professor Adjunto III no Departamento de Psicologia da PUC-MG (graduação e pós-graduação); Conselheiro Efetivo do X Plenário do Conselho Regional de Psicologia da Quarta Região (CRP/O4).